

**Como ensinar história no Estado do Rio de Janeiro na década de 1920?**  
**Escolanovismo e ensino de história na História do Estado do Rio de Janeiro de**  
**Clodomiro Vasconcellos.**

Rui Aniceto Nascimento Fernandes\*

No final da década de 1920 a Companhia Melhoramentos iniciou uma coleção de livros intitulada “Resumo Didático”. Esta editava livros de história regional para as escolas de alguns estados brasileiros. Entre os primeiros livros publicados estava a “*História do Estado do Rio de Janeiro*” de Clodomiro Vasconcellos, de 1928. Encomendada pela editora paulista, esta obra vinha de encontro a projetos educacionais, políticos e culturais em voga no Estado, naquele momento. A substituição do nilismo, grupo que controlava a política local desde o final do século XIX, gerou movimentos de valorização da cultura e da história local que se materializaram na Renascença Fluminense, agremiação criada em 1923 que se associou ao grupo liderado por Feliciano Sodré. As direções sodrelistas promoveram reformas no sistema escolar estadual dando destaque ao ensino de história regional. Em 1928 foi criada a cadeira de história fluminense na Escola Normal e instruíam-se aos professores da escola primária que o ensino deveria ser voltado para o universo cognoscível do educando. Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar obra em questão relacionando-a aos ideais escolanovistas que dirigiam a coleção didática e que também estavam presentes na Reforma da Instrução realizada no Estado do Rio de Janeiro no final da década. Por fim busca-se inseri-la no cenário de ações intelectuais e políticas que pautavam as diretrizes do novo grupo dirigente do Estado à época.

*A coleção Resumo Didático*

Entre 1926 e 1932 A Companhia Melhoramentos de São Paulo criou uma coleção de livros escolares intitulada “Resumo Didático” (OLIVEIRA, 2006). Cada

---

\* Doutor em História pela PUC-Rio. Professor Visitante do DCH/FFP/UERJ.

título dedicava-se a narrativa da história de um estado do país e sua leitura era proposta para os alunos dos diferentes níveis de ensino assim como para os seus professores.<sup>1</sup>

Os livros foram escritos por historiadores reconhecidos nos seus estados pela vinculação com os Institutos Histórico e Geográfico locais, sendo alguns de relevo nacional, como Rocha Pombo, Max Fleiuss e Pedro Calmon.

A Companhia Melhoramentos foi constituída, em 1890, com a finalidade de produzir papel. O crescimento da população paulista gerava condições favoráveis para essa iniciativa. A Primeira Guerra Mundial, dificultando a importação de papel, beneficiou a empresa; o inverso, porém ocorrerá, pouco depois do seu término, com a concorrência norteamericana. É neste momento, em 1920, que se funde com a Weiszflog Irmãos, que já vinha atuando desde 1909 com materiais didáticos. A série *Biblioteca Infantil*, iniciada em 1915, foi um grande sucesso editorial desta última, destacando-se *O Patinho Feio*, de Hans Christian Andersen adaptado por Arnaldo de Oliveira Barreto, principalmente por seus aspectos gráficos, com capa dura e ilustrações a cores. Logo em seguida, a editora produziu obras de História, através do bom relacionamento de J. Alves Dias, funcionário da empresa, com os reconhecidos autores dessa área: Rocha Pombo, Oliveira Lima e Affonso d'Escragnolle Taunay. (DONATO, 1990) A sua expansão no mercado de livros escolares esbarrou no imediato pós Primeira Guerra com a crise de papel. Nada mais conveniente que a fusão que dá origem à Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada).

Nos anos 1920, a Companhia Melhoramentos de São Paulo consolidou-se nos meios educacionais paulistas (RAZZINI, 2007). Além das cartilhas e de obras para as variadas disciplinas específicas, a editora passa a publicar, a partir de 1921, a Revista Nacional, tematizando temas educacionais, com artigos escritos por alguns daqueles que estavam na liderança do movimento renovador da escola e da educação no Brasil: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão e Mário Pinto Serva, entre outros (OLIVERIA, 2006).

---

<sup>1</sup> Essa coleção foi composta de 12 títulos: *História de São Paulo* (1918), de Rocha Pombo; *História de Minas Gerais* (1926), de Lúcio José dos Santos; *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1928), de Max Fleiuss; *História do Estado do Rio de Janeiro* (1928), de Clodomiro de Vasconcelos; *História da Bahia* (1929), de Pedro Calmon; *História do Paraná* (1929), de Rocha Pombo; *História de Santa Catarina* (1930), de Lucas Boiteux; *História de Alagoas* (1930), de Craveiro Costa; *História do Ceará* (1931), de Cruz Filho; *História do Pará* (1932), de Teodoro Braga; *História de Pernambuco* (s.d.), de Mário de Mello; *História do Rio Grande do Sul* (s.d.), de Doca Sousa.

A estratégia de comercialização dos livros escolares, em um mercado em expansão, levou a Editora a criar uma publicação anual com o objetivo de divulgar as suas obras. *Reabertura das aulas: livros didáticos e material escolar* circulou entre professores e diretores de escolas em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Nesse período Lourenço Filho incorporou-se à atividade editorial da empresa.

A partir de 1926, ele fazia a revisão de todos os livros infantis da casa, num esforço para ampliar a faixa etária de cada título pela simplificação do vocabulário e pela eliminação de quaisquer passagens que pudessem provocar sentimentos de medo ou de terror.(HALLEWELL, 1985, 258-259)

Lourenço Filho foi um dos reformadores/renovadores da educação nos anos 20 do século passado. Assim como Anísio Teixeira (Bahia), Fernando de Azevedo (Distrito Federal), Bezerra de Menezes (Rio Grande do Norte), Lísimaco da Costa (Paraná), entre outros, dirigiu os trabalhos da educação no Ceará. Ao invés de restringir-se às primeiras letras e a um ensino voltado para alfabetização visando o cidadão eleitor, propunha-se uma cidadania baseada em *educação integral*. Para tanto era necessário cultivar a “cultura do caráter”, além da preocupação com a saúde e a economia da população. Estimularam atividades de ensino complementares à sala de aula: as bibliotecas, o cinema educativo, as atividades físicas e o escotismo. Eram adeptos do *movimento*. Excursões, trabalhos em grupo, realização de experiências pelos alunos eram algumas das atividades recomendadas às professoras para vivificar o ensino, tornando-a mais atraente e eficaz.

A nova escola deveria se basear em métodos e teorias científicas que sustentariam novas ações. A penetração da psicologia e da sociologia - as novas ciências - na reflexão escolar levou à estruturação de classes homogêneas e, conseqüentemente, à seriação do ensino. Novos métodos educacionais deveriam ser compatíveis com cada idade escolar e situação social dos alunos. A educação assume uma nova perspectiva na medida em que os próprios conceitos de criança e infância se modificam. Considerada uma etapa específica da vida, as crianças mereceriam livros próprios – uma literatura infantil – e prédios compatíveis para sua socialização/educação (NUNES, 2000).

Como consultor da Companhia Melhoramentos, Lourenço revisa os textos da editora tendo por base o direcionamento dos mesmos para faixa etária correspondente. Seu objetivo é expandir o público leitor, seja pela “simplificação do vocabulário”, seja

pela “eliminação de quaisquer passagens que pudessem provocar sentimentos de medo ou de terror”. Os textos devem ter tratamento cuidadoso e para isso é preciso estar atento à linguagem e ao vocabulário. A preocupação com uma expansão direcionada da leitura escolar estimulou o próprio Lourenço Filho e outros a criarem a Associação dos Amigos da Leitura que previa a montagem de bibliotecas escolares pelo país afora.

Uma das facetas da discussão sobre os novos métodos pedagógicos e novas formas de leitura implicava repensar o livro didático em toda a sua dimensão. Isso significava não apenas inquirir sobre o conteúdo e as formas de trabalhá-lo, mas também avaliar o próprio formato do livro e sua composição gráfica. Para críticos dos livros didáticos, estes instrumentos pedagógicos imporiam aos alunos a memorização do seu conteúdo e a mecanização do ensino. Na sua defesa, argumentava-se que a ausência do livro podia implicar forte dependência em relação ao professor e a continuidade da tão criticada memorização pela tradição oral, transformando o mestre em oráculo. Numa atitude conciliatória, Rocha Pombo, um de nossos autores, destaca a necessária correlação entre livro e professor:

A meu ver, um livro didático, sobretudo se destina a classes primárias, já preenche algumas condições de bom compêndio se consegue sugerir às crianças o que o mestre tem de explicar e desenvolver, pois, para os que aprendem, o livro, quando muito guia e orienta: o mestre é quem ensina. (POMBO, 1918, 10)

Os livros de história regional foram elaborados para uma escola primária em grande transformação e ebulição. Nem seus autores, nem a Editora Melhoramentos, estão alheios a este movimento. Essa coleção nos permite pensar a relação entre escolanovismo e história regional. A ênfase nos métodos experimentais, isto é, estimuladores do aprendizado individual, concreto e progressivo, ancorado na experimentação do aluno, levou Delgado de Carvalho a propor para o ensino de História, nos anos 30, um método regressivo e comparativo. Para Delgado, as crianças menores, somente aprenderiam sobre as experiências do passado caso partissem do contexto atual e fossem retrocedendo paulatinamente. Formula assim uma pedagogia para a História em que a noção de proximidade temporal se associa com a experiência *concreta*. (REZNIK, 1992) Em oposição, a distância temporal necessitaria capacidade de *abstração*. Nesses termos também se consolidou fortemente no pensamento educacional as noções espaciais de proximidade e distância, formulando as dicotomias

local/concreto; nacional e mundial/abstrato.<sup>2</sup> Hoje em dia, os currículos das séries iniciais incluem a história local e regional como matéria de estudo das crianças. Entretanto, muito pouco sabemos sobre a história da implantação desse objeto de ensino nas escolas brasileiras.

*Clodomiro Vasconcellos e a sua História do Estado do Rio Janeiro.*

Em princípios de 1929, foi publicada a *História do Estado do Rio de Janeiro*, de Clodomiro Vasconcellos. Até aquele momento, a Melhoramentos já tinha publicado as histórias de São Paulo, por Rocha Pombo; a de Minas Gerais, por Lúcio Santos; e a do Distrito Federal, por Max Fleuiss. A história fluminense fora solicitada a Oliveira Vianna que, ao declinar o convite, indicou Clodomiro Vasconcellos para escrevê-la. A apresentação da obra foi feita por Affonso de Taunay. Apesar de não conhecer o autor pessoalmente, Taunay aceitou o encargo de apresentar-lhe o livro e ressaltou a complementaridade desse livro ao de Max Fleuiss, indicando a intrínseca relação entre a cidade e o estado que estiveram unidos até 1834, quando foi criada a Corte, e houve o desmembramento das duas regiões. Segundo o historiador das bandeiras paulistas, este livro cumpria uma função, pois “*preenchendo notável lacuna da nossa bibliografia nacional está à altura de dar aos seus leitores a impressão da importância notabilíssima que no cenário brasileiro sempre coube e cabe à região e ao povo fluminenses*” (VASCONCELLOS, 1929, 5).

Essa obra, no entanto, não fora de fácil elaboração, segundo seu autor, que apontou as dificuldades, em seu prefácio. Um primeiro ponto era exatamente aquele destacado por Taunay: a relação entre a cidade do Rio de Janeiro e o estado. “*Examinar e destacar o que particularmente interessa ao Rio de Janeiro era tarefa trabalhosa e de resultados por vezes incertos*” (VASCONCELLOS, 1929, 7). Outros elementos que lhe dificultavam o trabalho eram a escassez bibliográfica e a exigüidade de seus arquivos.

---

<sup>2</sup> Refiro-me especialmente à noção de círculos concêntricos que organiza os currículos das escolas primárias brasileiras já há muito tempo. Os estudos de interação social se iniciam pela família e se ampliam para o município, estado e país. A psicopedagogia piagetiana desenvolveu essa proposta e é, atualmente, presença hegemônica nas escolas e faculdades de formação de professores. Para as atuais discussões nas ciências sociais acerca do status da localidade como construtora de sentidos para a existência BOUDIN, 2001, 25 a 57.

Sobre esse aspecto, o autor apresenta-nos um quadro desolador, especialmente por ausência de interesse político:

Perderam-se pouco a pouco e se perdem totalmente ou se extraviam documentos importantes para a história política e administrativa do Rio de Janeiro.

Quem acaso catalogou, entre outros, os arquivos de Sepetiba e de Andrade Figueira, de Uruguay e de Paulino Souza, de Francisco Otaviano e de Francisco Portela, de Silva Jardim e de Quintino Bocayuva? Por onde andam esses arquivos?

Edifícios sob cujos tetos se realizaram grandes solenidades – recepções a imperantes, assembléias e conferências decisivas para política regional e geral, e para a administração local, têm desaparecido, e deles não há uma fotografia, uma descrição, elementos, enfim, que são material indispensável ao historiador de amanhã.

Não há de fluminenses notáveis, colaboradores na formação de nossa nacionalidade, grandes servidores da pátria e do estado na paz e na guerra, uma coleção completa de biografias ou de retratos.

No estado do Rio de Janeiro só agora foi criada por Feliciano Sodré uma biblioteca (VASCONCELLOS, 1929, 8-9).

Apesar de tudo aceitara o encargo por ter o convite partido de Oliveira Vianna ou, como diria Vasconcellos, “*há convites que valem por uma ordem*” e por seu extremo amor pela terra natal ao qual servia, nas funções públicas, desde 1896.

Uma grande inovação dessa obra no conjunto daquelas publicadas sobre o estado no mesmo período foi a inserção de inúmeras imagens – mapas, pinturas históricas, paisagens contemporâneas e retratos – no decorrer do texto. Essa peculiaridade, convém destacar, não é de se estranhar, pois fazia parte da concepção gráfica da coleção projetada pela Companhia Melhoramentos.<sup>3</sup> Estas, por seu turno, serviam como meras ilustrações de episódios ou personagens citados, não estando integradas ao texto. É de se supor que seu autor não tenha participado da seleção e da incorporação destas ao texto final. Provavelmente já havia aí outros personagens na composição do livro: o editor, o ilustrador e o diagramador gráfico. Não há como saber se sua influência se fez apenas em nível da composição gráfica ou se houve interferências no texto final do livro.

A história fluminense, construída neste texto, faz-se cronologicamente a partir do primeiro século do descobrimento, o século XVI. Clodomiro Vasconcellos fixa a

---

<sup>3</sup> A título de comparação consultamos a história do Rio de Janeiro de Max Fleiuss e a de Santa Catarina de Lucas A. Boiteux, e observamos a mesma composição gráfica que conferia um padrão estético à coleção. Os livros possuem o mesmo formato (13,5 L X 18,5 A). A capa segue um padrão iniciando pelo nome do autor e uma referência que o qualificava – por exemplo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro –, o brasão de armas oficiais da unidade federada em análise, seguido do título do livro e, quando era o caso, a informação de adoção oficial pelo governo, ao fim o símbolo da editora. O texto era permeado das imagens já citadas (FLEIUSS, 1928; BOITEUX, 1930)

cronologia nacional a partir do marco zero que fora a chegada lusitana às terras americanas, sem deixar de relacioná-los aos marcos da história pátria – colônia, império e república.

Os oito primeiros capítulos são dedicados aos três primeiros séculos (XVI, XVII e XVIII). O fio condutor da narrativa foram as ações portuguesas no processo de conquista e colonização de suas possessões americanas, nas quais buscava inserir a participação fluminense. Assim, por exemplo, ao demonstrar que a administração lusa optara pelo sistema de capitanias hereditárias para iniciar a colonização das novas terras, o autor apresentava a que capitanias estavam ligadas as terras que compunham o atual estado do Rio de Janeiro. Ou então, após discorrer sobre as características gerais dos povos nativos, Vasconcellos relacionou os povos que habitavam as terras fluminenses. Ou ainda, quando abordou a Inconfidência Mineira, como movimento que lutava pela independência da Colônia frente aos portugueses, ressaltou que “*nesse grande movimento projetado para a proclamação da independência, estava o fluminense Alvarenga Peixoto*” (VASCONCELLOS, 1929, 94). Os fluminenses foram os co-partícipes, como destaca no título do capítulo, do processo que levou o príncipe D. Pedro I a declarar a independência política do país.

O nono capítulo já começa a apresentar mudanças no estilo narrativo e é dedicado ao quarto século, o Império. Esse capítulo destaca-se as consequências do 7 de setembro para a província fluminense: a criação do município neutro, a sua autonomia administrativa, o seu papel de centro de abastecimento da corte e de ser via obrigatória de ligação da Corte com as outras províncias. Criada a nova província, o autor ressaltou a engenharia administrativa desenvolvida por figuras como o Visconde de Itaboraá, seu primeiro presidente, o Visconde de Uruguai, o Marquês do Paraná, o Visconde de Sepetiba e outros, que “*revelaram-se sempre muito empenhados em dar solução aos problemas de que dependia o progresso do Rio de Janeiro*” (VASCONCELLOS, 1929, 110). Estes realizaram importantes ações, entre outros campos, na instrução pública, no desenvolvimento das atividades produtivas e na legislação – “*também não é possível esquecer a obra impecável – regulamentos e leis – que serviram de padrão às demais províncias, e que ainda hoje são objeto de consulta e motivo de admiração*” (VASCONCELLOS, 1929, 115). Enfim a “*colaboração do povo fluminense, em todo o século XIX, na formação da nacionalidade, e em todos os*

*acontecimentos de vulto, é evidente, para isso influenciando a importância agrícola, comercial, industrial, intelectual e política da província” (VASCONCELLOS, 1929, 116).*

A partir daí Vasconcellos dedicou seis capítulos a balanços da experiência fluminense em temáticas específicas: a formação territorial, a economia, a vida urbana e rural, a escravidão, os aldeamentos, a imigração e a evolução administrativa estadual e municipal.

Retomando o fio da cronologia, o capítulo subsequente apresentava o processo de propaganda republicana e o fim da monarquia. Neste período os fluminenses “*tomaram parte ativa*”, pois “*se impunham ao respeito e à estima, pela ilustração, pelo caráter e por serviços ao país*” (VASCONCELLOS, 1929, 179). Não houve, no entanto, dificuldades para a adaptação do estado ao novo regime político, pois, ao lado de Deodoro estava “*Benjamin Constant, fluminense, e cuja ação na propaganda, foi preponderante, como preponderante foi ela na proclamação do novo regime. E nenhuma dificuldade houve, então, na organização do primeiro governo republicano em o novo estado, tendo sido esse governo confiado ao dr. Francisco Portella*” (VASCONCELLOS, 1929, 183).

Daí em diante o autor estabeleceu quatro capítulos sobre o período republicano. Aí a história é a história política, em que o autor fez um panorama das administrações estaduais desde Francisco Portela até Manuel Duarte, que estava em seu primeiro ano de governo. Clodomiro Vasconcellos destacou as principais ações administrativas de cada governante e as disputas políticas que levaram o estado a uma constante instabilidade.

Fechando o livro, o último capítulo era dedicado à “*colaboração fluminense na formação da nacionalidade. Letras, ciências e artes*”. Neste, relacionou os filhos dessa pequena pátria, com vários esboços biográficos, que se destacaram “*com muito relevo, na formação da nossa nacionalidade*” (VASCONCELLOS, 1929, 211).

#### *Outras histórias fluminenses*

Em 1928 a Instrução Pública estadual passou por uma reforma onde foram estabelecidos novos currículos para a Escola Normal e novas diretrizes para o ensino

primário que geraram uma demanda por produção de material didático específico no campo da história. No currículo da formação de professores foi incluída a disciplina *História fluminense* como cátedra autônoma (ESTADO, 1929). Analisando os programas anteriores observamos que já havia a disciplina *Corografia do estado do Rio de Janeiro*, que seguia o programa deste gênero firmado no século XIX (ESTADO, 1921;1928). Apesar de não haver um modelo único de escrita corográfica, esta era composta de aspectos geográficos – climáticos, de relevo, da fauna, flora –, dados históricos, estatísticos sobre população, educação, receita pública etc (PEIXOTO, 2005). A referência bibliográfica indicava o livro de Clodomiro Vasconcellos, *O Estado do Rio de Janeiro*, publicado em 1907.

No caso da produção didática voltada para a escola primária foi publicada, ainda em 1928, a primeira história do estado: *História do Estado do Rio de Janeiro. Resumo didático para uso nas escolas primárias*, de João Pinheiro Ribeiro (RIBEIRO, 1928). Também voltado para o ensino primário, foi publicado, em 1929, *Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário*, de Antônio Figueira de Almeida (ALMEIDA, 1929b). Livreto de 35 páginas, trazia na capa a indicação “*de acordo com o atual programa de ensino do estado do Rio de Janeiro*”. Um outro esforço em apresentar-se como texto adequado às novas diretrizes educacionais pode ser observado ao inserir na abertura do livro o preâmbulo da deliberação nº. 153, de 30 de abril de 1928, que estabeleceu as diretrizes do ensino primário.

Neste mesmo ano o autor lançou sua *História Fluminense*, em dois volumes (ALMEIDA, 1929a). Estes teriam surgido a partir da solicitação da Livraria Jeronymo Silva para reunir artigos publicados no jornal *O Estado*, da então capital fluminense, Niterói. Este é um trabalho muito diferente das *Lições de História do Brasil*. A *História Fluminense* propunha-se a ser um trabalho historiográfico alicerçado em documentação e cujas informações e julgamentos eram corroborados por autores renomados que se haviam dedicado à história pátria ou a terra fluminense, como informa o próprio autor na *Nota* de abertura do primeiro volume: “*no texto são citados autores, livros, e documentos inéditos em que fui colher os dados do presente trabalho*” (ALMEIDA, 1929a). Os volumes saíram ainda anotados por Alberto Lamego, consagrado historiador fluminense que desde a década de 1910 vinha publicando estudos sobre a história nacional e fluminense.

Concluindo esse conjunto de publicações editadas sob influência da Reforma da Instrução, localizamos o livro *O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história*, de José Mattoso Maia Forte. (FORTE, 1928, 3).

*Renascença Fluminense e a Reforma da Instrução do Estado do Rio de Janeiro.*

Esse movimento editorial de publicações sobre a história fluminense acompanhou as transformações políticas/intelectuais vivenciadas no Estado do Rio na década de 1920.

O ano de 1922 foi marcado por alterações no cenário político do estado do Rio de Janeiro. Nas eleições presidenciais que ocorreram nesse ano, Nilo Peçanha participou da Reação Republicana que lançou sua candidatura ao cargo maior do executivo nacional. Em torno de Nilo Peçanha aliaram-se os chefes políticos de estados de segunda grandeza no panorama da Primeira República: Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. A Reação Republicana colocava-se como um movimento propulsor de um eixo alternativo de poder visando abalar o predomínio de Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA, 1993).

Apesar de toda mobilização gerada pela imprensa e por novas estratégias de campanha – Nilo Peçanha e J. J. Seabra, baiano candidato à vice-presidência na mesma chapa, adotaram a prática de comícios nos centros urbanos –, a máquina oligarca que dominava o sistema eleitoral levou à vitória de Arthur Bernardes, candidato situacionista.

O novo presidente da República adotou a prática da perseguição e do alijamento político daqueles que se envolveram com a Reação Republicana. No caso do Estado do Rio de Janeiro neste ano também ocorreram as eleições para o novo governo fluminense. O nilismo, que controlava a política estadual desde fins do século XIX, lançou Raul Fernandes e a oposição, Feliciano Sodré. As oposições, unidas sob a figura de Sodré, aproximaram-se do novo presidente visando alterar o quadro político do estado do Rio de Janeiro. A vitória de Raul Fernandes não foi reconhecida pelos deputados estaduais oposicionistas, que se retiraram da Assembleia e empossaram Sodré no cargo. A duplicidade de governos levou à intervenção federal no estado, sendo nomeado interventor Aurelino Leal, ex-chefe de polícia da capital do país. Durante o ano de 1923, o interventor promoveu o desmonte da máquina nilista do

estado e organizou novo pleito eleitoral. Neste foi eleito o candidato único, Feliciano Sodré, empossado em 23 de dezembro de 1923.

As mudanças políticas geravam um momento propício para que novas reflexões sobre o estado surgissem. Nesse contexto, um grupo de intelectuais fundou a Renascença Fluminense. Segundo Maurício de Medeiros a nova agremiação constituía-se de

um grupo de objetivos pelo renascimento material e moral do Rio de Janeiro. Desenvolvendo uma ação alheia à política, a Renascença Fluminense propunha-se a manter no estado o respeito dos seus grandes homens, o culto à memória de seus grandes acontecimentos, a defesa de suas instituições liberais, estimulando por todas as formas todas as manifestações de vitalidade do estado. (MEDEIROS, 1928, 2)

Desde fins de 1920 a Academia Fluminense de Letras tinha iniciado uma série de atividades culturais que movimentavam a capital do estado. Com essas iniciativas, seus membros visavam auto-atribuir-se papel de destaque na reflexão sobre o estado.

Os intelectuais que compunham a Renascença compartilhavam esse ideário de guiadores dos novos tempos em contraponto ao nilismo. Os renascentistas propunham que esse novo momento deveria ser alicerçado na tradição histórica local, revalorizando o período imperial. Visava-se a construção de um sentimento cívico de patriotismo em que seriam reverenciadas a memória dos fatos e os heróis que levaram à construção da história nacional, destacando-se o papel dos fluminenses nesse processo. Para seus intentos, obtiveram o apoio de um personagem importante para viabilizá-los: Feliciano Sodré. Buscava-se construir uma imagem do presidente Sodré como a de um homem que colocava os ideais de governo acima das querelas políticas. Suas ações administrativas estariam voltadas para a restauração do lugar do estado entre os grandes do regime republicano, como afirmaria Clodomiro Vasconcellos sobre a participação do presidente no Congresso das Municipalidades, por ele convocado em 1924. Esse encontro teria como objetivo discutir com os prefeitos dos municípios fluminenses seus problemas e planejar ações que levassem a soluções práticas. A convocação do congresso também pretendia construir uma imagem de governante moderno pois aí os partidarismos seriam solucionados na busca por um projeto coletivo de recuperação do estado. Segundo Clodomiro Vasconcellos a obra regeneradora já se processara:

No discurso inaugural Feliciano Sodré, com muito entusiasmo, discurso feito de fé e de esperança nos destinos do Rio de Janeiro, disse que não era mais lícito rememorar, entre saudades, a grandeza da Velha Província – estribilho intolerável já, porque o Rio de Janeiro readquirira essa grandeza e retomara o prestígio, que sempre desfrutara. (VASCONCELLOS, 1928, 13)

Sodré esforçava-se para criar uma imagem de dirigente empreendedor e investidor na recuperação fluminense e esta só seria possível com a reafirmação dos valores do estado, o mesmo ideário que pautava as ações da Renascença Fluminense. A “*formação patriótica*” dos habitantes do estado, especialmente ligada aos agentes educacionais e aos alunos da rede pública de ensino, passou a ser uma bandeira que unia o dirigente político e os intelectuais renascentistas (SODRÉ, 1927, 103-104).

A realização de conferências em espaços educacionais e a construção de monumentos cívicos foram as principais estratégias utilizadas por esse grupo na formação cívica.

Entre 1925 e 1928 investiu-se na construção de uma estatuária de vultos nacionais e fluminenses que marcaram a paisagem da capital do estado. Nesse período foram erguidos nove bustos e estelas homenageando fluminenses ilustres: D. Pedro II, Antônio Parreiras, Nilo Peçanha, Alberto de Oliveira entre outros.

Em paralelo à estatuária construída na capital fluminense a partir de 1925, foram proferidas conferências sobre temas históricos, especialmente no salão nobre da Escola Normal de Niterói. Uma delas foi feita por Antônio Figueira de Almeida, em 13 de agosto de 1928, momento comemorativo do primeiro lustro de existência do movimento renascentista, e o conferencista dissertou sobre *Os fluminenses na história do Brasil*. (ALMEIDA, 1928) Nela estão condensados os ideais desse movimento em construir, através da história, um sentimento cívico fluminense. Para além desse propósito, Figueira de Almeida faz uma análise da história do Brasil através da participação dos filhos – nativos ou não – do estado.

A eleição de Manuel Duarte para o governo fluminense marcava a continuidade da política sodrelista no estado. As alianças políticas em torno do governo de Washington Luís deram ao Rio de Janeiro um ministério e mantiveram o bom relacionamento entre os governos federal e estadual estabelecido por Feliciano Sodré (FERREIRA, 1989, 293-306). Durante sua gestão ocorreu, em 1928, a Reforma da Instrução Pública:

O governo realizou uma reforma parcial no ensino primário, profissional e normal [...] Sem nenhum prurido de inovar pelo prazer das modificações chegou a convencer-se de que era necessário introduzir disposições novas e fazer algumas criações indispensáveis ao aparelho do ensino, de maneira a torná-lo mais eficiente e mais bem conformado às necessidades palpitantes (SILVA, 1929, 31).

Era uma reforma parcial tendo em vista que Feliciano Sodré criara uma série de inovações na estrutura educacional do Estado que necessitavam de uma maior integração. Um dos principais elementos que se destacava ao se justificar a Reforma era inserir a escola fluminense nas novas propostas pedagógicas em voga pelo movimento reformista da Escola Nova (CARVALHO, 1989; 1998; 2003). Segundo Diana Vidal, um dos principais objetivos dos renovadores da escola foi transferir as preocupações didáticas do ensino para a aprendizagem, o aluno tornava-se o principal foco de atenção. A escola deveria deixar de ser aquele espaço de memorização e dissociado da realidade (VIDAL, 2003). Nas palavras de José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor do Departamento de Instrução Pública, estava-se construindo uma sólida obra que daria novos rumos à escola do estado:

A obra educacional no estado do Rio, talqualmente se executa, não é efêmera, nem fictícia, nem lhe douram a frontaria falsas lantejoulas, mas projeta-se com os seguros lineamentos de uma construção estável, bem tracejada, de consistente arcabouço, compatível com as realidades sociais e norteadas pelo sentido da vida, para proporcionar à juventude uma educação nacional e integral, que lhe dê melhores condições físicas, morais e intelectuais para a concorrência vital, em que triunfarão os mais bem aparelhados (ROCHA, 1930).

Para realizá-la, o Diretor da Instrução Pública realizara estudos na estrutura educacional local consultando a legislação provincial e republicana e por sua análise das experiências realizadas na década de 1920. Também acompanhava o pensamento educacional e as reformas que implementadas no Uruguai, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Ceará.

Entre as principais inovações curriculares houve a autonomização da história fluminense frente a corografia, a criação da cátedra de história fluminense na Escola Normal e o incentivo do ensino de história a partir da história do estado.

A *Reforma* elegeu os alunos como seu principal alvo de atenção, fossem estes da escola primária ou da Escola Normal. Aqueles por estarem se formando e estes por serem os responsáveis por formá-los. Os ideais escolanovistas que embasaram a Reforma propugnavam a construção do conhecimento através da experimentação, do

concreto, do mais próximo. E o que seria mais próximo do que as experiências vivenciadas pelos educandos em sua pequena pátria? Provavelmente esse é um movimento que ocorreu em outros estados mas que ainda não foi tema de estudos no campo da história da educação. Mantém-se a corografia, mas se autonomiza a história no estudo sobre o estado. Eis que surge a história fluminense enquanto disciplina autônoma na escola do estado e com isso surgem os primeiros manuais sobre a temática. Analisando-os, observamos que, apesar de especificidades, pode ser indicadas uma série de elementos comuns nesses livros.

Os autores analisados pautam suas narrativas no binômio tempo-espaço. Tempo, instrumental básico para todo aquele que se dedica ao estudo da história, era aqui encarado de formas diferenciadas. Apesar de os marcos da história pátria servirem como pano de fundo para a construção da história regional, encontramos nos autores analisados um esforço em estabelecer uma cronologia própria para o estado. Intentava-se demarcar a especificidade local frente ao processo maior, a história do país.

Por outro lado, há a questão do espaço, questão latente, pois o território fluminense ainda sofria litígios na década de 1920. Questão que se colocava àqueles modernos redescobridores do país que realizavam inventários e expedições de reconhecimento do interior: sanitaristas, educadores, militares etc. A geografia, nesse período, impunha-se como tema importante no debate intelectual e na historiografia. Era importante delimitar o espaço para apresentar uma certa unidade, experiências comuns para os viventes naquele local que lhes geraria uma identidade coesa. Mostrava-se que o espaço foi historicamente construído – originando-se nas capitânicas de São Tomé (Paraíba do Sul) e de São Vicente – e que ali se formara uma unidade da federação que fora das mais importantes do país.

Voltava-se ao passado mas não o passado recente, que onde os nilistas tinham papel preponderante. Elegeu-se o período imperial como um tempo a ser resgatado. Foi essa produção que materializou como discurso historiográfico a imagem da Velha Província como a Idade de Ouro local, imagem essa muito explorada entre os dirigentes políticos desde princípios da República. Cipriano de Carvalho, Secretário estadual de obras, em 1897, transmitia um tom nostálgico em seu relatório:

O Estado do Rio de Janeiro, produtor e florescente outrora, atravessa hoje a crise que avassala o país inteiro. A sua grande lavoura tem desaparecido quase inteiramente, jazendo abandonadas importantes fazendas, com os seus edifícios em ruína, e que apresentam, na região de serra abaixo, o aspecto de desolação que me foi dado, dolorosamente, sentir, por ocasião de minha excursão, logo depois de empossado do cargo de Secretário de Estado, e realizada com o fim de estudar e verificar as nossas principais necessidades materiais (Apud VASCONCELLOS, 1907,117) <sup>4</sup>.

Em 1928, Paulino Soares de Souza Neto escrevia algo próximo:

Estávamos aqui acostumados a contemplar, com a nostalgia imponente da saudade das coisas que não voltam, a idade de ouro de nosso passado político e econômico transcorrido no Segundo Reinado. O império era como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais (...) que deveria ser recuperado (SOUSA NETO, 1928).

Identificava-se o período imperial como aquele passado de fausto. Tal processo, analisado por Raoul Girardet, é fundamental no processo de satisfação dos anseios e inquietações das sociedades acerca dos acontecimentos presentes. Nesse contexto constrói-se uma imagem do passado excepcionalmente feliz ou catastrófico. O presente e o futuro passam a ser definidos pelo que se foi, ou melhor, pelo que se supõe ter sido. Nesse sentido, o passado “*ao qual se referem nunca foi diretamente conhecido; seu poder evocador é o de um modelo, de um arquétipo, modelo e arquétipo a que a emergência fora do tempo decorrido parece por definição dar um valor suplementar de exemplaridade*” (GIRARDET, 1987, 98). Mitifica-se o passado como forma de se traçar projeções e justificar ações presentes. Marieta de Moraes Ferreira afirmou que essa era “*exatamente a representação produzida pelos fluminenses para resgatar seu passado e traçar as linhas de seu presente e futuro*” durante toda a Primeira República (FERREIRA, 1994, 16). Apesar de estar presente enquanto memória, a imagem da Velha Província como Idade do Ouro só se consolida como história – aqui entendida como discurso ordenado sobre o passado – no final da década de 1920 com a construção dos primeiros livros de história do estado. João Pinheiro Ribeiro, Antônio Figueira de Almeida, Clodomiro Vasconcellos e José Mattoso Maia Forte são os responsáveis por endossar essa imagem dando-lhe um cunho científico a partir dos seus livros. Ao analisar o período imperial, esses autores são unânimes em reafirmá-lo como época áurea local. Como o período de grandeza perdida, mas que estava sendo

---

recuperada. Nessas análises a afirmação da recuperação dos tempos então vividos projetava um futuro promissor para o estado.

#### FONTES E BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Antônio Figueira de. *Os fluminenses na história do Brasil*. Niterói: Tip. Jeronymo Silva, 1928.

\_\_\_\_\_. *História Fluminense*. 1ª parte. Niterói: Tip. Jeronymo Silva, 1929.

\_\_\_\_\_. *História Fluminense*. 2ª parte. Niterói: Of. Gráf. da Esc. Prof. Washington Luís, 1929

\_\_\_\_\_. *Lições de história do Brasil para a 1ª série do curso primário*. Niterói: Tip. Jeronymo Silva, 1929.

BOITEUX, Lucas A. *História de Santa Catarina*. SP: Cia Melhoramentos, [1930].

BOUDIN, Alain. *A questão local*. RJ: DP&A, 2001.

CARVALHO, Marta Chagas. *A Escola e a República*. SP: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Molde Nacional e Fôrma cívica*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2003. p. 225-251.

DONATO, Hernani. *100 anos da Melhoramentos. 1890-1990*. SP: Melhoramentos, 1990

ESTADO do Rio de Janeiro. *Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1921*. RJ: Tip. do Jornal do Comércio, 1921.

ESTADO do Rio de Janeiro. *Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1928*. RJ: Tip. do Jornal do Comércio, 1928.

ESTADO do Rio de Janeiro. *Programas de ensino da Escola Normal de Nictherohy para o ano lectivo de 1929*. Nictheroy: Of. Gráf. da Esc. Prof. Washington Luís, 1929.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro*. RJ: Ed. UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. In: *Estudos Históricos*. RJ, vol. 6., nº.11, 1993, p. 9-23.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *A República na Velha Província*. RJ: Rio Fundo, 1989.

FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. SP: Cia Melhoramentos, [1928].

José Mattoso Maia Forte. *O Estado do Rio de Janeiro*. RJ: Tip. do Jornal do Comércio, 1928.

GIRARDET, Raoul. A idade de ouro. In: \_\_\_\_\_. *Mitos e Mitologias políticas*. SP: Cia das Letras, 1987.

- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. SP: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.
- LE GOFF, Jacques Le Goff. Idades míticas. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. SP: Ed. Unicamp, 1994. p. 238-323.
- MEDEIROS, Maurício de. O presidente Sodré e a Renascença Fluminense. In: BASTOS, Manoel Leite (Org.). *O Estado do Rio de Janeiro e seus homens*. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928.
- NUNES, Clarice Nunes. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Os intelectuais e a produção da série Resumo Didático pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1918-1936*. Tese de doutoramento. SP: FEUSP, 2006
- PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa*. A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História). IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- POMBO, Rocha. *História de São Paulo*. SP: Cia Melhoramentos, 1918.
- RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). In: *Língua Escrita*, v. 1, 2007, p. 19-43.
- REZNIK, Luís. *Tecendo o Amanhã (a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945)*. Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF/UFRJ, 1992
- RIBEIRO, João Pinheiro. *História do Estado do Rio de Janeiro*. RJ: Tip. Leuzinger, 1928.
- ROCHA, José Duarte Gonçalves da. *Relatório apresentado pelo dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, Diretor da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça em 31 de agosto de 1929*. Niterói: Of. da Esc. Prof Washington Luís, 1930.
- SILVA Manuel de Mattos Duarte. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929*. R: s/ed., 1929.
- SODRÉ, Feliciano. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1927*. RJ: Tipografia do Jornal do Comércio, 1927.
- SOUZA NETO, Paulino Soares de. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: BASTOS, Manoel Leite (Org.). *O Estado do Rio de Janeiro e seus homens*. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928.
- VASCONCELLOS, Clodomiro. Congresso das Municipalidades. BASTOS, Manoel Leite (Org.). *O Estado do Rio de Janeiro e seus homens*. 2ª ed. Niterói: s/ed., 1928.
- \_\_\_\_\_. *O Estado do Rio de Janeiro*. RJ: Viúva Azevedo & C Editores, 1907.
- \_\_\_\_\_. *História do estado do Rio de Janeiro*. SP: Companhia Melhoramentos, [1929].
- VIDAL, Diana. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. BH: Autêntica, 2003.